

Percepções do fenômeno da variação linguística: pesquisa com revisores de textos

Perceptions of linguistic variation phenomenon: research with proofreaders

Daniele Francisca Martins do Nascimento¹

RESUMO

Neste artigo, propõe-se uma análise acerca das percepções de revisores de textos sobre o fenômeno da variação linguística. Inicialmente, realizou-se estudo bibliográfico dos principais conceitos de língua e linguagem, variação e texto, numa perspectiva sociointeracionista. Para compreender a atividade do ator principal da pesquisa aqui realizada, procedeu-se à tentativa de definição do perfil do revisor de textos, tendo em vista os problemas de delimitação de função e tarefas em muitos ambientes de trabalho. Compreendendo que, no senso comum, o entendimento acerca da variação linguística ainda é fruto de muitos preconceitos e incompreensões, apresenta-se, no presente trabalho, uma pesquisa qualitativa com revisores de textos profissionais para analisar as percepções destes sobre o tema. Por meio de um questionário com perguntas objetivas e discursivas, verificou-se se os entrevistados adquiriram conhecimentos sobre variação no decorrer de sua formação, bem como se percebem esse fenômeno em textos de diferentes domínios e gêneros.

Palavras-chave: Variação linguística. Sociointeracionismo. Revisão de textos.

ABSTRACT

In the present article, an analysis is proposed on the perceptions of linguistic variation phenomenon on the part of proofreaders. At first, a bibliographical study was carried out on the main concepts of speech and language, variation and text, from a social-interactionist perspective. In order to understand the activity of the main actor in the research herein, an attempt was made to define the profile of the text reviewer, having in mind the problems of function delimitation and tasks in many work environments. Since the understanding of linguistic variation is still the result of prejudice and misapprehension, a qualitative research is proposed in the present work with the aim of collecting data among professional proofreaders in order to analyse their perceptions on this theme. By means of a questionnaire with objective and discursive questions it was thus verified whether those interviewed acquired any knowledge regarding the fact that variation comes from their background. Additionally, the variation phenomenon in texts of different domains and genres are perceived.

Keywords: Linguistic variation. Socio-interactionism. Proofreading.

¹ Licenciada em Letras pela Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, especialista em Revisão de Textos pela PUC Minas, atualmente cursa a especialização em Gramática e Ensino da FALE/UFMG. Revisora de textos na Editora Educacional S/A.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida para o presente artigo foi a convicção de que o trabalho do revisor de textos deve ser acompanhado de reflexões sociolinguísticas, de modo que se lance mão das diversas possibilidades que há na língua/linguagem e se considerem as concepções de texto e textualidade. No senso comum, ainda há a percepção de que a língua é homogênea, nesse mesmo contexto, a variação linguística ainda é um âmbito de generalizações (FARACO, 2015). A variação é inerente à língua, está presente no nosso dia a dia, nos textos que produzimos, na nossa diversidade comunicativa.

Segundo Costa Val (1991), constitui-se como texto a unidade mínima de linguagem em uso que cumpre uma função numa dada situação sociocomunicativa. Esse conceito carrega também a grande e diversa abrangência desse termo: textos são muitos, a julgar pelas infinitas situações de uso, os textos mudam, adaptam-se, transformam-se.

Compreende-se pelo processo de revisão o ato de conferir um texto, dando-lhe clareza, concisão, harmonia, possibilitando o entendimento dos leitores, conforme os objetivos do autor. Nesse contexto, tem-se o revisor de textos como o profissional encarregado de assegurar a retidão e o alto grau de correção aos textos, buscando eliminar a presença de “erros” e atuando como fiscal da língua. Ribeiro (2016) alerta-nos de que, além de ser reducionista, esse pensamento mitifica o ofício de quem trabalha com a revisão de textos. Muitos ainda acreditam que o revisor é a pessoa que deve deter apenas o conhecimento da norma-padrão da língua, aplicando-a a todo e qualquer texto, desconsiderando, assim, o contexto, as variações inerentes à língua e, por conseguinte, aos textos, tendo em vista que toda a nossa comunicação se dá por meio destes.

Considerando a abrangência do conceito de textos e textualidade, os diversos tipos, domínios e gêneros, para o presente artigo, levantaram-se questionamentos acerca do trabalho realizado pelo profissional responsável por realizar as revisões: (1) O revisor de textos detém conhecimento acerca dos aspectos da variação linguística? (2) O revisor percebe a variação linguística em diferentes domínios e gêneros dos textos que revisa? Assim, recorreu-se ao entendimento de língua, linguagem, variação linguística, textos e gêneros textuais a fim de verificar o tratamento dado a estes no âmbito de trabalho do revisor de textos. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa qualitativa com aqueles que compartilham das vivências diárias da área de revisão de textos: os

revisores. A partir dos conceitos de texto e variação linguística, no presente trabalho, explora-se a aplicação desses saberes à atividade dos revisores de textos, procurando compreender se esses profissionais detêm conhecimentos e fazem uso deles no seu trabalho.

2 LÍNGUA E LINGUAGEM

2.1 Concepções

Geraldi (1984) discorre acerca de três concepções de língua, a saber: a *linguagem como expressão do pensamento*, com percepção homogênea da língua, em que a expressão ocorre basicamente como tradução do pensamento do indivíduo, sem reflexão; a *linguagem como instrumento de comunicação*, assim a língua é um código – signos que se combinam com regras – e ocorre a transmissão deste a um receptor, que decodifica a mensagem; e a *linguagem como meio de interação*, em que ocorre interação entre os sujeitos, de modo que um age sobre o outro. Dessa última forma, não há mera exteriorização de um pensamento, tampouco a pura e simples transmissão / decodificação de informações, mas sim a realização de ações sobre o interlocutor. Essas concepções correspondem, respectivamente, à gramática tradicional, ao estruturalismo e à linguística da enunciação (TRAVAGLIA, 1998).

Para Bagno (2014, p. 12), “a língua é um disco com seus dois lados bem nítidos, o biológico-individual e o cultural-social, mas unidos para sempre”. Por estar inserida no cérebro do indivíduo, a linguagem é um fenômeno de ordem cognitiva, feito de modo espontâneo e inconsciente, em interação sociocultural. Considerando o caráter sociocognitivo, concomitantemente, há na linguagem uma capacidade biológica de adquirir, produzir e transmitir, através de representações e simbolizações, o conhecimento. Cada falante, além de usuário, é produtor da linguagem, que age de modo a transformá-la e preservá-la. Acerca dos sentidos e dos significados da linguagem, o mesmo autor se atém a duas definições: a primeira como “faculdade cognitiva da espécie humana que permite a cada indivíduo representar/expressar simbolicamente sua experiência de vida, assim como adquirir, processar, produzir e transmitir conhecimento” (BAGNO, 2014, p. 58). A segunda definição decorre da primeira, assim: “[a linguagem é] todo e qualquer sistema de signos empregados pelos

seres humanos na produção de sentido, isto é, para expressar sua faculdade de representação da experiência/conhecimento” (BAGNO, 2014, p. 59).

A respeito da dicotomia entre interação e linguagem, Faraco (2005, p. 217) menciona que “por ora, parece que continuamos condenados a uma eterna divisão do trabalho: estrutura lá, atividade cá”. Na presente pesquisa, adota-se a concepção de língua numa perspectiva sociointeracionista, em que indivíduo, linguagem e sociedade são indissociáveis.

Como um processo social e cognitivo, a mudança e as variações linguísticas são intrínsecas à língua, uma vez que há, nesta, fatores socioculturais, resultantes da interação dos indivíduos e dos membros da comunidade linguística, e fatores sociocognitivos, oriundos do processamento cerebral da língua falada, com mudanças não só no indivíduo, mas também nos demais partícipes da interação. Na Apresentação do livro **Linguagem, escrita e poder**, de Maurizio Gnerre, Antonio A. B. Pécora e Haquira Osakabe sugerem a adoção de um ponto de vista não convencional sobre a linguagem, ao que indicam:

É preciso partir de uma concepção de linguagem que não a confine a uma coletânea arbitrária de regras e exceções e, tampouco, a um rígido bloco formalizado, imune às variações e diferenças existentes nas situações concretas em que a linguagem se torna, de fato, um processo de significação. (PÉCORA; OSAKABE, apud GNERRE, 2012, p. 1).

Para Gnerre (2012), as relações sociais entre ouvinte e falante determinam a apropriada produção dos atos de linguagem. A ação verbal obedece a regras, tais como: (i) quando falar ou não; (ii) quais conteúdos referenciais estão à disposição; (iii) qual tipo de variedade linguística é oportuna para a situação. E tudo isso tem relação com os contextos linguístico e extralinguístico do ato verbal produzido. Essas regras possibilitam a criação de expectativas, tanto da parte do falante quanto do ouvinte, contudo, o autor acena para a “possibilidade”, tendo em vista que “nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todos os conteúdos referenciais” (GNERRE, 2012, p. 6).

2.2 Normas e variação linguística

Compreender o português brasileiro como língua uniforme implica a incapacidade de lidar com as diversas situações de uso efetivo da língua e seu ensino.

Para Ilari e Basso (2014)², a uniformidade do português brasileiro é, em grande parte, revestida de mito, tendo os seguintes fatores contribuído para tal:

1) uma certa forma de nacionalismo; 2) uma visão limitada do fenômeno linguístico, que só consegue levar em conta a língua culta; e 3) uma certa insensibilidade para a variação, contrapartida do fato de que os falantes se adaptam naturalmente a diferentes contextos de fala. (ILARI; BARRO, 2014, p. 151).

Considerando a mudança linguística como um processo sociocultural e sociocognitivo, a variação linguística constitui-se como um fenômeno normal que acontece desde sempre (BAGNO, 2007) e pode manifestar-se de diversas formas (ILARI; BASSO, 2014). A variação diacrônica se dá através do tempo, com evolução nas funções sociais e nas relações da comunidade linguística. Esse tipo de variação pode ocorrer na gramática, em relação a fonética, fonologia, sintaxe, bem como no léxico da língua. Entre os casos de variação diacrônica, a *gramaticalização* diz respeito à mudança de função de uma palavra, passando, assim, a assumir função gramatical. Um exemplo citado por Ilari e Basso (2014, p. 153) é do pronome de tratamento *você*, que passou a pronome pessoal, suplantando o *tu*, pronome de segunda pessoa. Ainda que haja, no Brasil, regiões em que se faz uso de *tu*, o uso de *você* já assumiu lugar na gramática na maioria. De modo inverso a esse processo, ocorre a *lexicalização*, quando uma palavra, anteriormente gramatical, obtém sentido lexical, isto é, com significado. Como exemplo, temos a conjunção *senão*, que adquire significado quando usada como substantivo em *senões*. Exemplo: (1) “Esse parece ser um dos *senões* da nova proposta: ela é excessivamente linear” (FOLHA DE S.PAULO, 2016)³. A variação diatópica refere-se às variações de região para região que uma mesma língua apresenta, como no caso do português brasileiro falado na região Nordeste em comparação à região Sul. Na comparação com diferentes grupos sociais, temos a variação diastrática, ou variação social:

A principal conclusão da seção “Variação Diatópica” é que, no Brasil, não encontramos verdadeiros **dialetos** no sentido diatópico do termo. Encontramos, em compensação, uma séria diferença entre o português falado pela parte mais escolarizada da população (que não por acaso é a parte mais

² Os autores referem-se aos moldes de ensino-aprendizagem de português vigentes. Transportam-se aqui as questões para a área de revisão de textos, dada a compreensão de que o processo de aprendizagem se constitui como parte do trabalho e da atuação do revisor de textos.

³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/06/1785806-nova-proposta-para-historia-corrige-falhas-mas-ainda-e-linear-demais.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2017.

rica ou menos pobre) e pela parte menos escolarizada. (ILARI; BASSO, 2014, p. 175, grifo dos autores).

Ainda nas definições das variações, apresenta-se a diamésica, que compreende as diferenças entre a língua quando falada e quando escrita. Ilari e Basso (2014) atêm-se à falsa ideia de que se fala da mesma forma como se escreve, quando essas modalidades possuem diferentes níveis, que não dizem respeito apenas à forma, mas também ao nível de planejamento. Para a produção de um texto escrito, previamente são pensadas a estrutura, a ordem, a formulação, entre outros. Já no texto falado (espontâneo), a produção ocorre simultaneamente ao planejamento. Os quatro tipos de variação supracitados não são características aplicadas separadamente, ao contrário, convivem. “Assim, qualquer produção verbal é simultaneamente marcada do ponto de vista diacrônico, diatópico, diastrático e diamésico.” (ILARI; BASSO, 2014, p. 189).

Segundo Geraldi (1984), não deve ser feito julgamento de valor entre variedades e língua, discriminando melhores ou piores. Apesar disso, na sociedade, convencionam-se variedades às quais é dada mais atenção do que a outras, resultando desse processo uma padronização, que consiste na definição do uso “correto”. Assim, a língua é codificada, promovendo-se a variedade resultante disso, a dita padrão, “por meio de agentes e autoridades como o governo, os sistemas de educação, os meios de comunicação, etc. [...] A padronização não é, pois, uma propriedade da língua, mas um tratamento social” (GERALDI, 1984, p. 73).

A palavra “norma” pode referir-se à normalidade e, também, à normatividade. No dicionário, tem-se que, no sentido linguístico, “numa comunidade, [a norma é] o ideal linguístico de correção” (FERREIRA, 2009, p. 1.408). A norma-padrão resulta de um processo de uniformização oriundo de um constructo sócio histórico, como destaca Faraco (2008). Assim, não corresponde a uma expressão viva da língua, mas sim abstrata. Por outro lado, temos a norma culta, conhecida também como “comum ou *standart*”, que designa o uso da língua de letrados em situações monitoradas de fala e escrita. Essa norma, que possui variedades, não é homogênea, apesar de ser historicamente privilegiada e considerada superior às normas populares, referentes aos falantes das camadas menos escolarizadas da sociedade.

Faraco (2015) é crítico ao entendimento das normas vigentes e alerta que, tanto no âmbito escolar quanto no profissional, a norma que tem sido referência não é nem a norma culta nem a padrão, mas sim uma “norma curta” (artificial) sem respaldo em

bons dicionários e boas gramáticas, estes, inclusive, apesar de ser fruto de pesquisas linguísticas e filológicas, são desprezados por essa norma:

Ao cabo de um século e algumas décadas de descaminhos normativos, nos encontramos hoje em meio a dois conflitos cruciais: de um lado, a norma culta praticada de fato frente à norma culta artificial (predicada); de outro, o que me parece ainda pior, um discurso normativo estreito, curto, dogmático que se sobrepõe a um discurso normativo relativamente flexível e que acolhe timidamente algumas das características da nossa expressão culta. (FARACO, 2015, p. 25)

Essa divisão reflete a que ocorre em nossa sociedade, quanto a aspectos econômicos, sociais e culturais, resultando disso uma divisão linguística, com variedades privilegiadas e outras estigmatizadas. Desde o período colonial, houve migração da população rural às grandes cidades, e, a partir de 1950, acentuou-se o êxodo rural. Essa realidade nas cidades acentuou as percepções das variedades linguísticas, que, com o tempo, passam a, de algum modo, assimilar características umas às outras, criando assim outras variedades. Vimos anteriormente a mudança no pronome de tratamento *você*, que passou a pronome pessoal. Temos também o *nós* caindo em desuso e cedendo lugar ao *a gente*, já corriqueiramente presente na fala da maioria das pessoas, apesar de haver também lugar para outras formas, mas em menor incidência. Muitas empresas já substituíram o *fale conosco* por *fale com a gente*. Em gêneros do domínio publicitário, em que se busca proximidade à fala do cliente, temos usos de terceira pessoa no lugar da tradicional segunda ou, ainda, alternância entre terceira e segunda pessoa. A edição 230, de julho de 2017, da Revista Você S/A trouxe na capa: “Seu trabalho te deprime?”⁴. A campanha⁵ de 2015 de conscientização de usuários do MOVE, sistema de transporte público de Belo Horizonte, também se utilizou desse modo de construção: “Atravessar fora da faixa? Faz isso não [...]”.

A adoção de um padrão e o entendimento deste como a única forma correta de se expressar em uma língua acarretam a visão equivocada de que tudo que foge a isso está errado. Assim, ainda vigora a ideia de que o erro se encontra nas variedades, e não no padrão da língua:

⁴ Você S/A, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vocesa/posts/1452334141478788:0>>. Acesso em: 28 out. 2017.

⁵ Sintram e Setra/BH, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaviverbrasil.com.br/plus/modulos/listas/?tac=noticias-ler&id=1053#.WeobF1tSwdU>>. Acesso em: 15/9/2017.

As variedades não são erros, mas diferenças. Não existe erro linguístico. O que há são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, em vez de outra, mas no uso de uma variedade em vez de outra numa situação em que as regras sociais não abonam aquela forma de fala. [...] O “erro”, portanto, se dá sempre em relação à avaliação do valor social das expressões, não em relação às expressões mesmas. (GERALDI, 1984, p. 29).

Maria Marta Pereira Scherre, em entrevista para os **Cadernos de Letras da UFF**, afirma: “A variação linguística é parte integrante de uma natureza rica. Como tal, deve ser vivenciada, cultivada, venerada (variação não implica falta de estrutura ou falta de sistematicidade)” (ABRAÇADO, 2008, p. 23). A linguista ainda menciona que os registros oficiais, em, por exemplo, gramáticas normativas, são posteriores à concretização das mudanças linguísticas. Da mesma forma, Faraco (2008) destaca que as mudanças na língua não alteram a complexidade da estrutura das variedades, estas podem passar por reconfigurações quanto à estrutura, mas, ainda assim, permanece o caráter estrutural. Dessa forma, devemos ter as mudanças e as variações como algo natural de nossa língua, que não implica erro, senão diferença.

3 TEXTO E TEXTUALIDADE

A concepção de linguagem aqui adotada é sociointeracionista, em que se estabelece uma comunicação dialógica, isto é, “inter-ação” entre sujeitos sociais (KOCH, 2014, p. 188). Assim, o texto é o lugar da interação, e os interlocutores são, dialogicamente, sujeitos ativos, isto é, constroem e são construídos. Com essa concepção, a compreensão não é a simples “captação” da representação mental ou a decodificação de mensagem, mas sim um complexo processo de interação para “produção” de sentido. E este não é dado pronto no texto, mas sim produzido pelo interlocutor, que mobiliza o contexto e ativa seus conhecimentos para construir o sentido e chegar à compreensão.

Antes de compreendermos como se dá a produção de textos, Costa Val (1991) atenta para a importância de se entender o que se caracteriza como texto, assim, independentemente da extensão, é uma ocorrência linguística falada ou escrita com unidade sociocomunicativa, semântica e formal. O texto constitui-se na linguagem em uso e possui função identificável conforme a situação sociocomunicativa. Conforme a autora, outra propriedade básica de um texto é o fato de ele possuir unidade semântica, percebida pelo receptor como um todo comunicativo. Numa dada situação, “Ajuda!”,

por exemplo, tem potencial textual reconhecido e compreensão como texto repleto de sentido no seu contexto.

Ao mencionar o objeto de investigação da Linguística Textual, Koch (2012, p. 11) considera o texto:

[...] unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma de frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa. (KOCH, 2012, p. 11).

Em um texto pode haver uma pluralidade de leituras, a depender de sua constituição, do que nele está explícito ou implícito, cuja compreensão se dá somente a partir do contexto sociocognitivo dos atores da interação. Assim, o sentido não está no texto, nem no leitor ou no autor, mas na interação autor-texto-leitor.

[...] o texto passa a ser considerado o próprio lugar de interação [...]. Desta forma, há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente identificáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação. [...] – a compreensão deixa de ser entendida como simples “captação” de uma representação mental ou como a decodificação de mensagem resultante de uma codificação de um emissor. Ela é, isto sim, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução deste no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2011, p. 17).

E o que faz de um texto um texto? Tanto Koch (2012) quanto Costa Val (1991) retomam Beaugrande e Dressler (1983, apud COSTA VAL, 1991), que elencam os elementos/fatores que são responsáveis pela textualidade:

- a *coerência* refere-se ao sentido do texto, considerando o conhecimento dos interlocutores e o contexto em que a produção se insere. É preciso que o receptor tenha conhecimento de mundo compatível com o conteúdo que o texto apresenta;
- a *coesão* corresponde à superfície do texto, aos mecanismos lexicais e gramaticais utilizados no processo de produção.
- a *intencionalidade* diz respeito à busca do produtor em estabelecer uma comunicação condizente com seus próprios objetivos e os do receptor do texto. O resultado (o texto) deve estar de acordo com a intenção do autor.
- a *aceitabilidade/receptividade* refere-se à expectativa do receptor de que o texto seja coerente, coeso e relevante.
- a *intertextualidade* considera que todo texto possui relação com outros textos, assim, para a compreensão de um, muitas vezes é necessário ter

conhecimento de outros. Nesse sentido, até mesmo o contexto de um texto pode relacionar-se ao contexto de outros.

- a *informatividade* apresenta-se em textos cujos conhecimentos apresentados extrapolam o conhecimento do leitor e possibilitam a ampliação do repertório deste, instigando-o e tornando a leitura mais interessante devido às novidades oferecidas.
- a *situacionalidade* refere-se ao caráter de adequação do texto ao contexto em que se insere. Nesse aspecto, a julgar pelo contexto, até mesmo um texto menos coeso pode ser o mais adequado se a situação comunicativa assim exigir.

A compreensão de um texto muda conforme as circunstâncias de leitura e também depende de fatores complexos e inter-relacionados. Koch (2014) divide tais fatores em relativos ao autor/leitor e ao texto. Os primeiros “[...] referem-se ao conhecimento dos elementos linguísticos” (KOCH, 2014, p. 206). As escolhas do autor criam um leitor-modelo, sendo necessário, para a compreensão, mobilizar mais ou menos conhecimento prévio. Isso permite que compreendamos que “um texto não se destina a todo e qualquer leitor, mas pressupõe um determinado tipo de leitor e [por conseguinte] exclui outros” (KOCH, 2014, p. 206).

A partir das escolhas para produção do seu texto e das orientações nele deixadas, o autor pressupõe o leitor como partícipe na construção de sentido, não sendo necessário que o leitor tenha os mesmos conhecimentos do texto, mas o bastante que propicie a interação e possibilite a construção de sentidos. O contexto é necessário para a produção e a compreensão de um texto, assim como para a construção de sentido.

No momento de construção de sentido, muitos conhecimentos são mobilizados: o linguístico; o enciclopédico; o da situação comunicativa e suas regras (situacionalidade); o conhecimento de estrutura e tipologia textuais – cabendo aqui gêneros textuais; o estilístico; e a intertextualidade (KOCH, 2014). Nesse sentido, a interação pela linguagem ocorre também por meio do sentido, uma vez que é ele que permite a interpretação de enunciados que poderiam ser ambíguos a algumas pessoas.

Compreender os recursos de produção e recepção de textos é imprescindível ao profissional revisor de textos, e a Linguística Textual traz subsídios para que tal processo ocorra, uma vez que ela realiza estudos dos recursos linguísticos, das condições discursivas da construção da textualidade e, conseqüentemente, da produção de sentidos, cuja orientação se dará conforme o conjunto de decisões, incluídas as variadas possibilidades gramaticais.

3.1 Domínios discursivos e gêneros textuais

Marcuschi (2008) define “domínio discursivo” como uma esfera da atividade humana, em vez de somente uma classificação de textos. Resumidamente, o domínio é um conjunto de gêneros numa dada situação discursiva. Conforme as instâncias discursivas, tem-se, por exemplo, o domínio discursivo jurídico, o religioso, o jornalístico, o instrucional, entre muitos outros. Ademais, esclarece-se que um gênero não é estanque em sua funcionalidade social e, assim, pode não estar restrito a determinado domínio.

Acerca dos gêneros textuais, Charles Bazerman (2011) nos diz que “não [se] localiza o gênero no texto ou no artefato, no objeto em si, mas na percepção do criador e do receptor, como eles percebem o que está acontecendo”, sendo os gêneros uma categoria de reconhecimento social. Bakhtin (1997) classificou gêneros em *primários* e *secundários*, aqueles correspondem aos nossos usos cotidianos, menos elaborados (conversas com amigos, comunicação oral espontânea); e estes se referem aos usos mais elaborados da língua, isto é, eles exigem maior grau de adequação e preparo (discurso científico, romance, e-mail corporativo, entre outros).

Houve diversos entendimentos sobre o conceito de gêneros a partir de Bakhtin, inclusive com ideias que perpassaram a “estabilidade”. Contudo, conforme Marcuschi (2008), é impossível tachá-los. As definições de gênero podem ter curta duração, uma vez que ele é reconhecido pelas pessoas a cada momento do tempo, adquirindo, assim, relativa estabilidade. Entretanto, isso não significa caráter imutável. Assim como a linguagem, o gênero é flexível e variável: “[...] como a língua varia, também os gêneros variam, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se” (MARCUSCHI, 2008, p. 16). Atualmente, evita-se a classificação estrutural, mas se observam os gêneros de acordo com sua dinamicidade, possibilidade de interação, cognição e manejo social e processual. A presença de variações pode ser identificada mais frequentemente em alguns gêneros. Resoluções, portarias, documentos oficiais, por exemplo, têm menos marcas pessoais oriundas de ações sociais coletivas e institucionalizações e, assim, apresentam determinada rigidez (FARACO; TEZZA, 2001). Podemos compreender que esse caráter genérico pode ocorrer mais em alguns textos que em outros. Por outro lado, peças publicitárias tendem a requerer aproximação das falas dos leitores, assim,

incorporam com mais frequência aspectos da variação linguística presentes nos diversos grupos sociais, conforme o público.

Interessa a presente pesquisa o conceito de domínio e gênero quanto à percepção dos revisores de textos de práticas discursivas com maior ou menor aceitação da variação linguística. Tal como estudos já realizados, esses conceitos não são estanques, assim como a língua, sofrem constantes mudanças.

4 O REVISOR DE TEXTOS

Depois das definições de língua, linguagem e textos, passemos ao ator principal do trabalho profissional com revisão de textos: o revisor. Ribeiro (2016), em pesquisa com alunos de um curso de Letras, verificou que os futuros profissionais confundiam a função do revisor de textos com a do editor, relacionando aquele “a uma espécie de inspetor da língua” (p. 16). A mesma pesquisa com alunos de pós-graduação obteve resultados semelhantes. Conforme aponta a autora, e percebem aqueles que trabalham na área, o trabalho do revisor não é uma tarefa bem-delimitada. Há diferentes ambiências, seja como autônomo, seja em editoras, seja em órgãos públicos, entre outros.

Coelho Neto (2008, p. 62) atribui ao revisor de textos as seguintes funções:

- Revisar os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edição por: editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrados, doutorandos, preparadores de originais de quaisquer instituições etc.
- Revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais (necessita de um auxiliar, nesse caso).
- Revisar textos a serem disponibilizados na internet.
- Revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada).
- Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com a NBR 6025 (ABNT, 2002, p. 1), define os tipos de revisão: a de originais, também conhecida como copidesque, em que se procede à “normalização ortográfica, gramatical, literária e de padrões institucionais, aplicando-se as técnicas editoriais e marcações para uniformizar o texto como um todo”; e a de provas, compreendida como cotejo ou conferência: “Aguçado confronto do original, que apresenta todas as marcações feitas na revisão de originais, com as provas compostas, em que o revisor assinala, com os símbolos e sinais

convencionados, aquilo que difere do original” (ABNT, 2002, p. 1). Para a associação, o trabalho do revisor de textos restringe-se à conferência estrutural do texto e, ainda, à marcação dos problemas encontrados.

Assim, caberia ao revisor “o cotejo da prova com o original sem compromisso com o conteúdo do texto e limitado apenas aos erros tipográficos” (RIBEIRO, 2016, p. 20). Nessa concepção, o trabalho do revisor de textos restringe-se a “caçar erros” tipográficos, numa tarefa normativista e controladora.

Distanciando-se dessas concepções, para Rodrigues (2015), qualquer intervenção realizada pelo revisor de textos, ou mesmo nenhuma alteração, constitui-se como intervenção de natureza discursiva. Chartier (2002) destaca que o revisor atua como ator social, de modo que suas intervenções não dependem estritamente de suas tarefas. Anteriormente considerado como um profissional que se atinha à simples verificação ortogramatical de erros (ROCHA, 2012), o papel do revisor de textos tem sido visto para além disso. Hoje, a atuação do revisor ocorre de modo mais abrangente, considerando aqui a necessidade de adequação da linguagem ao público-alvo, ao gênero, à situação discursiva, entre outros aspectos da situação comunicativa posta. Como exemplo, Ribeiro (2016) cita o trabalho com textos teatrais em que, tendo em vista a oralidade, é “necessário mais do que conhecimento gramatical”.

Gomide e Gomide Filho (2015) elencam conhecimentos e habilidades necessárias à atividade do revisor:

[...] a intersubjetividade da linguagem; as imagens de si e do outro construídas discursivamente; as capacidades cognitivas, como a percepção, a atenção e a memória; o dialogismo e a polifonia; as condições de produção e recepção dos textos; as injunções históricas e culturais; a intertextualidade; os processos de referenciação (co e contextuais); o gênero em questão; os domínios discursivos em que o texto se situa e os demais fatores que perpassam uma situação comunicativa considerada em toda sua complexidade. (GOMIDE; GOMIDE FILHO, 2015, p.337).

Além disso, as diversas modalidades e possibilidades de atuação do revisor de textos podem demandar atividades específicas, que mobilizarão e exigirão outros conhecimentos e habilidades, sendo necessária certa dose de flexibilização, adequação às demandas, aos tipos de textos, aos gêneros e ao público e, por conseguinte, à linguagem da situação comunicativa posta no texto a ser trabalhado:

Para o revisor, o importante não é o que ele sabe, mas o que ele está consciente de não saber ou, pelo menos, não saber totalmente, e que por isso exige permanente verificação. [...] O revisor não lê como todos os demais homens leem, ele fotografa a palavra visualmente. [...] O exercício da profissão do revisor pode ser descrito, perfeitamente, como uma “leitura angustiada”. O seu trabalho é, justamente, evitar que todos os outros seres humanos necessitem fazer essa leitura angustiada. (BRISAAUD, 1998, apud RODRIGUES, 2015, p. 1).

Na perspectiva de Brisaaud, cabe ao revisor de textos a tarefa de possibilitar a compreensão do texto pelo leitor, adequando-o de forma que se torne claro e acessível a este. Rodrigues (2015, p. 3) alerta-nos de que “independentemente dessas diferentes formas de conceituar a revisão de textos, é preciso concebê-la como uma *prática discursiva*” (grifo da autora). Assim, o revisor, por meio de suas intervenções, (re)constrói o texto, contribui para sua adequação à reprodução e, por conseguinte, produz sentido para os leitores.

Realizar o trabalho considerando a variação linguística envolve o revisor num processo de adequação à língua em uso, dadas as diversas manifestações das variações no dia a dia e a necessidade, por exemplo, no caso de alguns gêneros, de aproximação à fala do leitor.

5 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2012), para a compreensão da pesquisa qualitativa, os verbos “compreender”, “interpretar” e “dialetizar” são base para abordagem e análise, complementando-se com a experiência, a vivência e o senso comum, que se constituem como matérias-primas para tal pesquisa. Ademais, a definição do objeto por meio de uma pesquisa ou sentença problematizadora, com sua teorização, norteia o investigador durante seu trabalho. Com a escolha do objeto de pesquisa, foi possível identificar qual método melhor responderia aos objetivos da presente investigação, buscando compreender a vivência dos revisores de textos e as experiências destes no decorrer do processo de atuação. A experiência aqui mencionada diz respeito à compreensão de si mesmo e do significado da vida por parte do ser humano, expressa na linguagem. No presente trabalho, importam as vivências dos revisores de textos no âmbito de sua atuação. Assim, definiu-se como objeto: (1) analisar o fenômeno da variação linguística no trabalho dos revisores de textos e (2) compreender como ocorre a identificação e analisar a percepção desse fenômeno por parte desses profissionais.

Neste trabalho, a metodologia utilizada foi análise qualitativa com coleta de dados. Assim, visando à compreensão das vivências dos atores envolvidos na pesquisa, aplicou-se um questionário a 28 revisores de textos, por meio da plataforma virtual *Survey Monkey*⁶, uma ferramenta de questionários *on-line*, cujo link foi publicado em um grupo fechado de revisores da rede social *Facebook*, chamado “Revisores”, que conta atualmente com 2.397 membros de diversas localidades do Brasil. Houve consulta prévia à administradora do grupo, que autorizou a postagem. Na publicação do link para a pesquisa, foi explicado o uso dos dados para um trabalho de conclusão de curso de especialização em Revisão de Textos da PUC Minas com o tema de variação linguística. A escolha dessa plataforma se deu em razão de maior alcance de revisores atuantes e da possibilidade de participação voluntária.

O questionário compôs-se de oito perguntas: objetivas e dissertativas. Para os dados relativos à formação, atuação e conhecimento das interferências da variação linguística no trabalho realizado, optou-se pelas questões objetivas. Para as questões em que se buscava analisar a percepção dos revisores de textos, optou-se por questões com campo aberto a respostas, em que fosse possível expressar o entendimento acerca do tema.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se a pesquisa entre os dias 24 e 30 de outubro de 2017, por meio do grupo ‘Revisores’, da rede social *Facebook*. Disponibilizado o link, para acesso daqueles que quisessem participar, 28 revisores de textos responderam ao questionário e, conforme dados da plataforma utilizada, o tempo médio de resposta foi de 6 minutos. Na pesquisa, os participantes não foram identificados, denominaram-se “Respondente nº X” – com um número conforme a ordem de participação e o acesso à plataforma.

Quanto aos dados da formação acadêmica, 32,14% dos respondentes são formados em Letras – Bacharelado, 14,29% em Letras – Licenciatura, 10,71% em Comunicação Social – Jornalismo e 10,71% em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Desses, 32,14% possuem pós-graduação. As áreas de pós-graduação, informadas em campo de preenchimento aberto, foram: linguística, jornalismo cultural,

⁶ Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/?>>. Acesso em: 23 out. 2017.

assessoria de comunicação e marketing, tradução, literatura, língua portuguesa e revisão de textos.

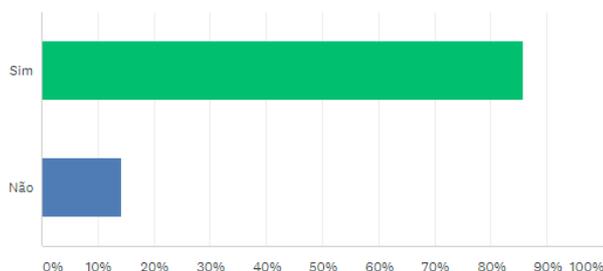
Acerca da atuação na área de revisão de textos, 92,86% informaram que atualmente trabalham como revisores de textos, correspondente a 26 pessoas do total. Outros 7,14% informaram não estar atuando, correspondem a 2 participantes. Dos que estão atuando na área, 2 (7,41%) afirmaram trabalhar em instituição pública; 10 (37,04%), em instituição privada; e 15 (55,56%) trabalham como autônomos, uma pessoa não respondeu a essa questão.

Na questão 4, perguntou-se aos revisores se, no decorrer da formação acadêmica, adquiriram conhecimentos acerca da variação linguística e, em caso afirmativo, se esses conteúdos são relevantes à atuação deles. Conforme Gráfico 1 a seguir, 85,71% responderam ter adquirido conhecimentos em variação linguística, e 14,29% informaram não ter obtido.

Gráfico 1 – Conhecimentos de variação linguística durante a formação

Em sua formação de revisor(a) (graduação e/ou especialização), você adquiriu conhecimentos sobre variação linguística?

Responderam: 28 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	85,71%	24
Não	14,29%	4
TOTAL		28

Fonte: Dados da pesquisa. SurveyMonkey, 2017.

No campo aberto às respostas sobre a relevância dos conhecimentos de variação linguística, houve indicação de que isso auxilia o revisor de textos quanto ao limite das intervenções no texto, conforme algumas respostas selecionadas a seguir:

- (1) “Acho importantíssimo em todas as áreas de atuação do profissional de Letras. Na revisão, esses conhecimentos ajudam a tomar decisões no momento de revisar textos de diferentes tipos (temas, nível de escolaridade e origem geográfica do autor, etc.)” – Respondente nº 13;
- (2) “Acredito que sim, porque diferentes textos têm de ser revisados de formas distintas.” – Respondente nº 9;
- (3) “Totalmente, afinal, o revisor deve saber adequar o texto ao leitor, à sua região, ao nível mais ou menos formal que o text (sic) exige de acordo com a plataforma e fins pretendidos, além da parte morfossintática e ortográfica.” – Respondente nº 7.

Nas respostas se percebem as interferências provocadas pela variação linguística em diferentes textos, 27 respondentes afirmaram que sim, e uma pessoa não respondeu. No campo aberto a comentários dessa pergunta, pediu-se que os revisores dessem exemplos dos aspectos observados. A maioria das respostas indicou atenção à formalidade ou à informalidade dos textos, mencionando-se coloquialismo:

- (1) “Sim, no uso da linguagem mais coloquial em certos textos, como publicitários, por ex., e uma linguagem mais rebuscada em textos acadêmicos.” – Respondente nº 10;
- (2) “Fica muito nítido que quem não tem familiaridade com textos acadêmicos tem uma escrita mais informal, ainda que esteja produzindo textos acadêmicos.” – Respondente nº 9;
- (3) “Textos de caráter publicitário, por exemplo, que têm uma linguagem mais informal, aproxima-se pela linguagem.” – Respondente nº 25.

Bagno (2013, p. 122) nos diz que a variação linguística só é reconhecida quando se “eleva uma (falsa) variedade padrão que, como vimos, é sempre vinculada a usos escritos mais formais”. Nesses casos, reconhece-se a variação a partir do que se considera a “informalidade”, isto é, tudo o que é corrente no uso da língua, mas que não corresponde ao “padrão” será considerado “linguagem coloquial”. Assim, a intenção normativa de erro perpassa essa implicitamente o critério de informalidade. A partir da resposta dada a essa questão, foi possível verificar o conhecimento quanto ao tema variação linguística, conforme abaixo se reproduz:

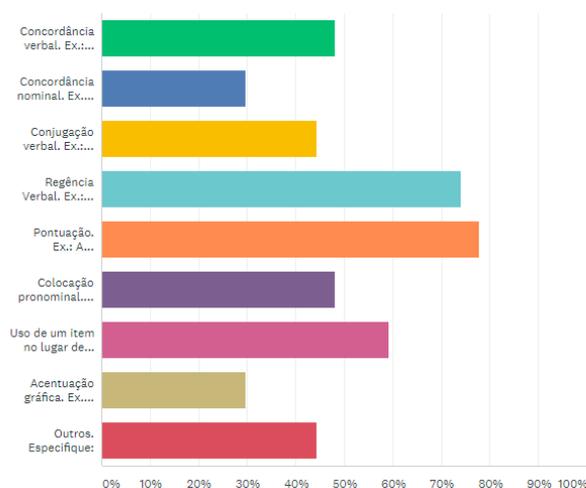
- (4) Os diferentes gêneros textuais definem quais marcas de variação linguísticas são adequadas. A variação diatópica, por exemplo, é muito bem-vinda em anedotas e piadas de cunho regional. Em textos jurídicos, por exemplo, é vantagem ao revisor conhecer a variação diastrática de “jargões” desses profissionais (a exemplo de expressões como “resta decidido”). Já a variação diafásica deve ser analisada a depender da formalidade do texto. – Respondente nº 21.

Na questão sobre as dificuldades mais recorrentes observadas quanto ao não domínio da norma-padrão, as opções regência verbal e pontuação apresentaram maiores índices, 74,07% e 77,78%, respectivamente. A seguir, gráfico com os itens sinalizados.

Gráfico 2 – Dificuldades recorrentes observadas quanto ao domínio da norma-padrão

Qual(is) dificuldade(s) mais recorrente(s) você tem observado nos textos que revisa em relação ao não domínio da norma padrão?

Responderam: 27 Ignoraram: 1



Fonte: Dados da pesquisa. SurveyMonkey, 2017.

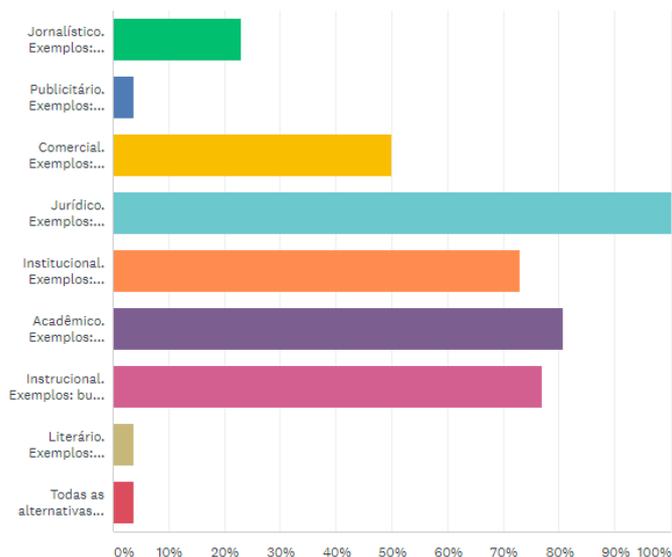
No campo aberto de “Outros”, foram indicadas dificuldades de ortografia, paralelismo, vícios de linguagem etc.

Os resultados das respostas à questão sobre os domínios discursivos que não aceitam variação linguística confirmaram Faraco e Tezza (2001), que mencionam que textos com alto grau de institucionalização e coletividade sofrem menos interferências da variação linguística. Na pesquisa, 100% dos participantes afirmaram que o domínio jurídico não aceita variação linguística. Seguiram-se como domínios em que há restrição à variação o institucional, o acadêmico, o instrucional e o comercial. Assim, é possível inferir que os revisores concordam com tal afirmação e colaboram com a padronização dos gêneros textuais desse domínio.

Gráfico 3 – Domínios discursivos que não aceitam variação linguística

Abaixo marque o(s) domínio(s) discursivos que, a seu ver, não aceitam a variação linguística.

Responderam: 26 Ignoraram: 2



Fonte: Dados da pesquisa. SurveyMonkey, 2017.

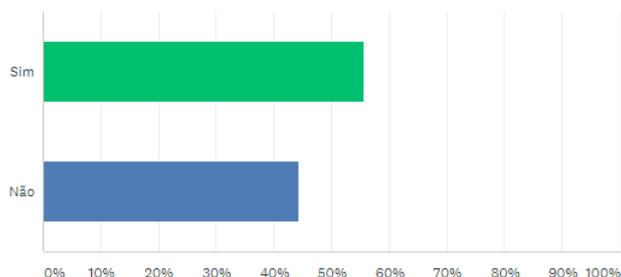
Considerando que apenas 1% optou pelos domínios literário e publicitário, esses são os domínios com maior aceitação da variação linguística, na percepção dos revisores de textos consultados. O domínio jornalístico recebeu indicação de que não aceita variação de 23,08% dos respondentes.

Posteriormente, perguntou-se se os revisores consideravam que nos domínios assinalados na questão anterior apenas a norma-padrão devesse ocorrer: 27 revisores responderam e um ignorou, 55,56% disseram que sim, e, para 44,44%, não. A essa questão também foi dado campo para respostas abertas, e alguns revisores apontaram para a necessidade de adequação aos usos da língua mesmo nos domínios com menor aceitação da variação linguística.

Gráfico 4 – Apenas norma-padrão nos domínios mencionados na pesquisa

Nos casos assinalados acima, você considera que apenas a norma padrão deva ocorrer?

Responderam: 27 Ignoraram: 1



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	55,56%	15
Não	44,44%	12
TOTAL		27

Fonte: Dados da pesquisa. SurveyMonkey, 2017.

Considerando que os revisores de textos apontaram determinados domínios discursivos que menos aceitam variação linguística, perguntou-se a eles se, nesses casos, apenas a norma-padrão deveria ocorrer: 55,56% dos participantes disseram que sim, e 44,44%, não. Nessa questão, havia campo aberto para que os revisores explicassem sucintamente o porquê da escolha. Alguns respondentes sinalizaram a problematização de seleção por domínio na questão 7, compreendendo que, num mesmo domínio, pode haver gêneros totalmente diferentes quanto à aceitação da variação linguística e também quanto à funcionalidade social. Assim, houve comentários como:

(1) “No ‘curriculum vitae’, sim, mas na mala-direta, não. A inclusão desses diferentes tipos de texto num mesmo item me levou a não marcar nenhuma.”
 – Respondente nº 8, em resposta à questão 8, em que se perguntou se todos os casos anteriormente assinalados (na questão 7) com não aceitação da variação linguística deveria ocorrer apenas a norma-padrão.

Esse posicionamento na resposta demonstra que o participante compreende a não restrição e a categorização de gêneros em formas predeterminadas pelos domínios a que pertencem. Entre os respondentes que informaram que apenas a norma padrão deve ocorrer nos domínios apresentados, houve defesa dessa norma a partir do entendimento de que com ela se evita a ambiguidade:

(2) “O principal objetivo da norma culta deve ser deixar claras as ideias a serem transmitidas”. Dos textos assinalados, por serem mais objetivos, normalmente se espera que não haja ambiguidade.” Respondente nº 9.

Na comparação das respostas dadas às questões 4 (em que informaram se tiveram contato com a variação linguística durante a formação acadêmica) e 8 (se somente deve ocorrer a norma-padrão nos domínios apontados como não receptivos à variação), não houve padronização de respostas. Para o Respondente nº 17, por exemplo, “[...] a norma culta deve ser respeitada, sendo aceitas algumas liberdades nos textos literários”, assim, ele afirmou que “sim”, somente a norma culta deve ocorrer. Já o Respondente nº 8, conforme acima, informou que “não”, diferenciando por gêneros a presença ou não de somente a norma-padrão.

Ainda em resposta à questão 8, o Respondente nº 20 considerou que não somente a norma-padrão deve ocorrer, indicando a necessidade de verificação das especificações regionais, o que indica compreensão de que a norma-padrão desconsidera as variações geográficas.

De acordo com objetivos propostos para o presente artigo, de analisar e compreender a identificação do fenômeno da variação linguística a partir da percepção de revisores de textos, foi possível verificar que esses profissionais identificam o a variação nos textos que revisam, contudo, ainda a relacionam à informalidade, ao coloquialismo ou a domínios e gêneros específicos. Alguns respondentes demonstraram entendimento da distinção entre os gêneros, informando que estes, ainda que possam pertencer a um mesmo domínio, aceitam a variação linguística em diferentes níveis, como a diamesica, em que se compreendem as modalidades oral e escrita da língua, ou a diatópica, que se refere às variantes conforme a região geográfica. Além disso, verificou-se que a maioria teve contato com estudos sobre variação durante a formação, o que possibilita a mobilização desses saberes na sua atuação profissional. Contudo, considerando que a grande maioria afirmou que os domínios jurídico⁷, acadêmico, institucional e instrucional não aceitam a variação linguística e, ainda, que apenas um respondente afirmou que todos os domínios aceitam variação, é possível aferir que os revisores de textos que participaram da pesquisa veem restrição na presença da variação linguística em textos de diversos domínios e gêneros. Nessa perspectiva, alguns textos poderiam ser “isentos” de variação, corroborando-se a crença de que há um padrão acima de demais normas e variedades. Para Faraco e Zilles (2017, p. 177), não há

⁷ No caso do domínio jurídico, todos os respondentes afirmaram que este não aceita variação linguística.

“critérios seguros e incontrovertidos para o estabelecimento do padrão”, sendo a arbitrariedade deste socialmente motivada. Assim, ter a noção de “certo” ou “errado” dentre as variedades da língua corresponde a um juízo de valor socialmente construído.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variação linguística é inerente à língua, dada à heterogeneidade desta. Como vimos, as variedades não podem ser consideradas como erros, mas sim como diferenças. Não existe erro linguístico, já que cada variedade cumpre seu papel no contexto adequado. Tendo em vista o trabalho contínuo com textos, cabe ao revisor, além de compreender os aspectos estruturais e ortogramaticais destes, proceder aos estudos e, por conseguinte, à compreensão dos fenômenos que provocam interferência nos textos revisados. Os aspectos sociointeracionistas da língua e, por conseguinte, dos textos levam-nos à necessidade de atuação social em que se considere a interação entre os agentes da sociedade. Atualmente, a classificação estrutural por si só dá lugar à observância da dinamicidade dos textos, com a ampla possibilidade de interação entre os gêneros, conforme as exigências da situação comunicativa.

A incorporação de tarefas, antes relacionadas a outros profissionais, como copidesque e preparador, ao trabalho do revisor de textos amplia as possibilidades de atuação deste para além da simples conferência de provas, como nos apresentaram Ribeiro (2016), Gomide e Gomide Filho (2015) e Rodrigues (2015). Hoje, sabe-se que a atuação do revisor pode manifestar-se de diversas formas nos ambientes de trabalho, considerando-se ainda a parcela expressiva de profissionais que atuam como autônomos/freelancers, conforme resultados desta pesquisa, foram 55,56%. Nesse contexto, o entendimento dos processos de produção e recepção de textos faz-se necessário aos profissionais da área para que compreendam que suas intervenções nos textos possuem natureza discursiva.

A atuação do revisor de textos, no que diz respeito aos aspectos da variação linguística, pode contribuir para que não ocorram inadequações de linguagem. Os resultados da pesquisa demonstraram que ainda vigora um entendimento acerca da variação linguística como diretamente relacionada apenas à presença de erros no texto ou ao coloquialismo, desconsiderando que, nessa relação, os textos em seus diferentes gêneros podem aceitar, e em alguns casos exigir, outras variantes, não somente tida

como padrão ou a culta. Ademais, atenta-se à necessidade de que o revisor de textos considere a língua em uso, para além da gramática normativa ou da ideia de padrão de língua, compreendendo que os textos circulam na sociedade, assim há, mesmo na norma tida como padrão, variação nas manifestações diversas nas modalidades de fala e escrita.

As informações e a pesquisa aqui apresentadas não restringem, tampouco encerram, as possibilidades de análises das percepções dos revisores de textos sobre o fenômeno da variação linguística; ao contrário, inicia-se uma conversa que pode (e deve) obter novos e/ou mais profundos resultados e reflexões sobre esse tema tão caro aos estudos linguísticos e àqueles que trabalham com textos.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6025**. Informação e documentação – revisão de originais e de provas. 2002. 6 p.

ABRAÇADO, Jussara. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito linguístico, variação linguística e ensino. In: **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 11-26, 1. sem. 2008. Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/36/entrevista.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística**: pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior). Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/3857885.pdf?1346425634>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BAZERMAN, Charles; MILLER, Carolyn (et al.) (Org.). **Gêneros Textuais** [1/12] [pt] (Genres) - Carolyn Miller & Charles Bazerman. Série Bate-papo Acadêmico. 2011. [vídeo] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-YFBvrVLF5I>>. Acesso em: 25 set. 2017.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página**. Publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão**: critérios para revisão textual. Brasília: Editora Senac, 2008.

- COSTA VAL, M. G. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/cristala/materiais/TEXT0_E_TEXTUALIDADE.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 2. reimp. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria Stahl (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- FARACO, Carlos Alberto. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. In: **Calidoscópio**. v. 3, n. 3, p. 214-221, set/dez 2005. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6244>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. Para conhecer norma linguística. São Paulo: Contexto, 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1984. (e-book)
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- GOMIDE, Renata Marques; GOMIDE FILHO, Sérgio Roberto. Considerações sobre a revisão profissional de textos acadêmico-científicos. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 337-355, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2015v19n36p337>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, Ingedore. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, Ingedore. **Coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2012.
- KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0028/5691/Minayo_MCS_2012.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Em busca do texto perfeito:** questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2016.

ROCHA, Harrison da. **Um Novo Paradigma de Revisão de Texto:** Discurso, Gênero e Multimodalidade. 2012. 246 f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11956>>. Acesso em: 25 set. 2017.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Revisão de textos: entre a teoria e a prática. **Cadernos CESPUC de Pesquisa**, Belo Horizonte, n. 26, p. 1-8, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/11446>>. Acesso em: 10 out. 2017.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1998.